

coletivo
NegreX



SUMÁRIO

Você conhece os Panteras Negras?	7
A contribuição da Medicina na construção do Racismo Científico no Brasil: Um olhar sobre a Eugenia.....	12
Muito mais que a Anemia Falciforme	16
Conflitos de identidade entre raça, gênero e sexualidade: desafios para uma luta interseccional	19
Ações afirmativas no Ensino Superior: equidade no país da igualdade	24

Você conhece os Panteras Negras?



João Costa
Membro do Coletivo NegreX
Coordenador de Educação em Saúde - 2015

A pergunta que dá título a esse texto parece retórica, afinal, quem nunca ouviu falar Partido dos Panteras Negras pela Autodefesa, a maior organização negra revolucionária que já existiu nesse mundo? Parafrazeando Brecht, entretanto, devo dizer: desconfiai das perguntas retóricas. O que existe dos Panteras Negras que a televisão não conta e os livros do ensino médio omitem? Fica o convite para continuar lendo esse humilde texto e viajarmos pela história dos *Black Panthers*.

Histórico do Movimento Negro Estadunidense

Para entendermos a formação dos Panteras, precisamos recuar um pouco mais na história do Movimento Negro estadunidense e internacional. Os negros estadunidenses sentiram as cicatrizes da escravidão nos Estados Unidos da América durante muito tempo. A opressão e discriminação institucional se expressavam através das chamadas Leis de Jim Crow, uma série de leis estaduais e locais que segregava a população negra da população branca nos espaços públicos (escolas, trens, ônibus, etc.) e que vigoraram entre 1876 e 1965, na chamada Era *Crow*.

Os anos 50 representam, entretanto, o limite da tolerância do povo negro que vivia na sociedade “livre” americana. Isso gerou o chamado Movimento pelos Direitos Cívicos que protagonizou uma série de eventos e atos antirracistas nos EUA. O Movimento exigia equidade real para a população negra e o fim imediato das Leis de Jim Crow. Atos históricos como o Boicote ao Ônibus Montgomery e a “Marcha em Washington por Empregos e Liberdade” foram duramente reprimidos pelo Estado, mas conseguiram findar a Era *Crow* em 1965.

Nesse mesmo período, uma série de revoltas anticolonialistas explode na África, que vinha sofrendo pela mão imperialista dos Estados europeus desde o período escravista perpassando pela Conferência de Berlim em 1885. Isso, somado ao Movimento pelos Direitos Cívicos, influencia na criação e fortalecimento de várias organizações e grupos negros estadunidenses. Surge a Nação do Islã, a Liga Revolucionária de Trabalhadores Negros e também os Panteras Negras, entre outros.

Todos esses movimentos, entretanto, apresentavam divergências teóricas e práticas significativas. Um exemplo prático dessa diferenciação se dava sobre o caráter pacífico ou não do movimento negro. Boa parte do Movimento pelos Direitos Cívicos liderada, principalmente, por Martin Luther King acreditava na desobediência civil e na resistência pacífica. Do outro lado, podemos citar Stokely Carmichael, fundador da Organização pela Liberdade do Condado de Lowndes, e que se opunha ao caráter pacífico da resistência negra frente aos ataques violentos das tropas federais e estaduais e também da Ku Klux Kan. A Nação do Islã, por sua vez, também discordava do caráter exclusivamente pacífico da resistência, mas eram extremamente separatistas e negavam-se a participar do Movimento pelos Direitos Cívicos ou de qualquer organização ou atividade de membros que não eram da Nação. Vale citar mais uma pessoa, ainda, que teve importância direta na criação dos Panteras Negras e é uma referência histórica pra todo o Movimento Negro: Malcolm X

Malcolm X (que homenageamos com o X no nome "NegreX") começou sua militância na Nação do Islã, logo após sua saída da prisão no ano de 1952, e continuou no grupo até 1964, quando foi expulso após uma série de desentendimentos com Elijah Muhammad, criador e profeta da Nação do Islã. Depois de sua expulsão, Malcolm X continuou desenvolvendo sua teoria política que via limitações na tática pacifista de King e no separatismo dos negros mulçumanos. Ao mesmo tempo, ele critica o sistema econômico estadunidense e chega a uma de suas célebres frases: "Não existe capitalismo sem racismo". Logo após, ele cria a Organização de Unidade Afro-americana. Malcolm foi assassinado na sede de sua organização no dia 21 de fevereiro de 1965 (com somente 39 anos) por membros da Nação do Islã. E deixou um legado que influenciou na fundação do Partido dos Panteras Negras pela Autodefesa e que influencia o movimento negro até os dias de hoje.

As Panteras Negras pela Autodefesa

Bobby Seale, fundador dos Panteras, começa seu livro *Seize the Time* falando de sua desolação ao saber da morte de Malcolm X e como isso mudou completamente sua existência. Eldridge Cleaver, um dos líderes do partido, afirmou que a morte de X teve impacto semelhante na vida de todos. Dessa forma, o Partido dos Panteras Negras pela Autodefesa foi fundado no ano de 1966 pelos militantes Huey P. Newton e Bobby Seale que pretendiam continuar o legado de Malcolm X de onde ele havia parado.

Seale e Newton se conheceram no início dos anos 60 no *Merritt Junior College* e militaram durante vários anos no movimento negro até fundarem o Partido dos Panteras Negras. Eles entendiam que a questão do racismo perpassava diretamente pela luta de classes. Divergiam, dessa forma, de boa parte do Movimento Negro que era composta pelo que Newton e Seale chamavam de nacionalistas culturais. O próprio Bobby afirma o seguinte em seu livro:

"Nacionalistas culturais e Panteras Negras estão em conflito em muitas áreas. Basicamente, nacionalismo cultural vê o homem branco como opressor e não faz nenhuma distinção entre brancos racistas e não-racistas, como os Panteras fazem. Os nacionalistas culturais dizem que um homem negro não pode ser um inimigo do povo negro, enquanto os Panteras Negras acreditam que capitalistas negros são exploradores e opressores. Embora o Partido dos Panteras Negras acredite no nacionalismo negro e na cultura negra, ele não acredita que nenhum desses vai lidar a liberação do povo negro ou acabar com o capitalismo e são, dessa forma, inefetivos".

O Partido dos Panteras Negras pela Autodefesa percebia que, embora a pressão dos movimentos pelos Direitos Civis tenha obrigado o Estado derrubar as Leis de Crow e outras medidas racistas, os negros continuavam apresentando condições de vida cada vez piores. O desemprego era maior do que em 1954 e a população negra chegou a representar 70% dos pobres nas áreas metropolitanas (sendo apenas 13% da população total). Dessa forma, a luta do povo negro devia ser mais abrangente e caminhar rumo ao fim da exploração dos negros não só pelos brancos, mas pela classe dominante. Esse pensamento pode ser exposto quando Bobby Seale afirma que:

"Não combatemos racismo com racismo. Combatemos racismo com solidariedade. Não combatemos o capitalismo explorador com capitalismo negro. Combatemos o capitalismo com o socialismo básico. E não combatemos o imperialismo com mais imperialismo. Combatemos o imperialismo com o internacionalismo proletário".

Assim sendo, Newton e Seale criaram o primeiro programa e plataforma do Partido dos Panteras Negras pela Autodefesa. Este documento ficou conhecido como Programa de 10 pontos "O que queremos agora?" e colocavam medidas práticas para alcançar a emancipação dos trabalhadores negros.

O Programa do Partido dos Panteras Negras

- 1) Queremos liberdade. Queremos o poder para determinar o destino de nossas comunidades negras e oprimidas. Acreditamos que o povo negro e oprimido não será livre até que sejamos capazes de determinar nossos destinos em nossas comunidades nós mesmos, através do pleno controle de todas as instituições que existem em nossas comunidades.
- 2) Queremos pleno emprego para nosso povo. Acreditamos que o governo federal é responsável e obrigado a dar a cada pessoa emprego ou uma renda garantida. Acreditamos que se os empresários estadunidenses não derem pleno emprego, então a tecnologia e os meios de produção devem ser tomados dos empresários e colocados na comunidade de tal forma que o povo da comunidade possa organizar e empregar todos os seus cidadãos e dar um alto padrão de vida.
- 3) Queremos acabar com o roubo pelos capitalistas de nossas comunidades negras e oprimidas. Acreditamos que este governo racista nos roubou e agora estamos exigindo a dívida vencida de quarenta acres e duas mulas. Quarenta acres e duas mulas foram prometidos há cem anos como uma restituição pelo trabalho escravo e pelo assassinato em massa do povo negro. Aceitaremos o pagamento em moeda que será distribuído às nossas principais comunidades. Os estadunidenses racistas tomarem parte do massacre de nossos cinquenta milhões de pessoas negras. Portanto, acreditamos que esta é uma demanda modesta que fazemos.
- 4) Queremos moradias decentes, adequadas ao abrigo de seres humanos. Acreditamos que se os donos de terras não derem moradias decentes às nossas comunidades negras e oprimidas, então as moradias e a terra devem ser produzidas em cooperativas de forma que o povo de nossas comunidades, com ajuda governamental, possa construir moradias dignas para o povo.
- 5) Queremos educação decente para o nosso povo que exponha a verdadeira natureza desta decadente sociedade estadunidense. Queremos educação que nos ensine nossa verdadeira história e nosso papel atual na sociedade. Acreditamos em um sistema educacional que dará ao nosso povo um conhecimento de si mesmo. Se você não conhece a si mesmo e sua posição na sociedade e no mundo, então você terá poucas chances de saber algo mais.
- 6) Queremos saúde pública completamente gratuita para todas as pessoas negras e oprimidas. Acreditamos que o governo deve proporcionar, gratuitamente, para as pessoas, infraestruturas de saúde que não tratem apenas de nossas enfermidades, a maioria das quais vieram como resultado de nossa opressão, mas que também desenvolverá programas médicos preventivos para garantir nossa sobrevivência futura. Acreditamos que a educação em saúde de massa e os programas de pesquisa devem ser desenvolvidos para dar a todos os Negros e às pessoas oprimidas acesso à informação científica e média avançada, para que possamos proporcionar às nossas comunidades atenção médica e cuidados adequados.
- 7) Queremos imediato fim à brutalidade policial e ao assassinato do povo Negro, de outras pessoas de cor, de todo o povo oprimido dentro dos EUA. Acreditamos que o governo racista e fascista dos EUA utiliza suas agências de segurança nacionais para realizar seu programa de opressão contra o povo Negro, outras pessoas de cor e pessoas pobres dentro dos EUA. Portanto, acreditamos que é nosso direito nos defendermos contra estas forças armadas e que toda pessoa Negra e oprimida deve se armar para autodefesa de suas casas e comunidades contra estas forças policiais fascistas.
- 8) Queremos um fim imediato a todas as guerras de agressão. Acreditamos que os vários conflitos que existem no mundo derivam diretamente do desejo agressivo do círculo dominante e do governo dos EUA de forçar seu domínio sobre os povos oprimidos do mundo. Acreditamos que se o governo dos EUA ou seus lacaios não cessar estas guerras agressivas é direito do povo se defender de seus agressores por todos os meios necessários.
- 9) Queremos liberdade para todas as pessoas negras e oprimidas agora detidas em prisões militares federais, estaduais, dos condados e cidades. Queremos julgamentos por tribunais de júri formados por seus pares para todas as pessoas acusadas de supostos crimes sob as leis deste país. Acreditamos que muitas pessoas Negras e pobres oprimidas, agora detidas em prisões nos EUA, não tiveram julgamento justo e imparcial em um sistema judicial racista e fascista e devem ser libertadas da prisão. Acreditamos na eliminação definitiva de todas as instituições penais desumanas e miseráveis, porque as massas de homens e mulheres aprisionadas dentro dos EUA ou pelos militares dos EUA são vítimas de condições de opressão que são as causas reais de sua detenção. Acreditamos que, quando pessoas são levadas a julgamento, devem lhes ser garantidas, pelos EUA, júris de seus pares, advogados de sua escolha e liberdade enquanto aguardam o julgamento.

10) Queremos terra, pão, moradia, educação, roupa, justiça, paz e controle da tecnologia moderna pela comunidade popular. Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário para um povo dissolver os laços políticos que o ligavam a outro, e assumir, entre os poderes da terra, posição igual e separada a que as leis da natureza e Deus lhe dá direito, o respeito digno às opiniões do ser humano requer que se declarem as causas que os impeliram à separação. Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais; que eles são dotados pelo Criador com certos direitos inalienáveis; que entre estes direitos estão a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Que para assegurar estes direitos os governos são instituídos entre os homens, derivando seu justo poder do consentimento dos governados; que, se alguma forma de governo se tornar destrutiva destas finalidades, é direito do povo alterá-lo ou aboli-lo, e instituir um novo governo, que se fundamente em tais princípios, ou organizando seu poder na forma que a seu juízo oferecerá as maiores probabilidades de alcançar sua segurança e felicidade. A prudência, de fato, ditará que os governos instituídos há muito tempo não devem ser mudados por causas leves e transitórias; e, conseqüentemente, toda a experiência demonstrou que o ser humano está mais disposto a sofrer, enquanto os males sejam toleráveis, que a fazer justiça abolindo as formas com as quais está acostumado. Mas, quando uma longa série de abusos e usurpação, dirigidas invariavelmente ao mesmo objetivo, demonstra o desígnio de submeter o povo ao despotismo absoluto, é seu direito, é seu dever, derrubar este governo e estabelecer novos resguardos para sua futura segurança.

Após a abertura oficial da sede do Partido no dia 1º de janeiro de 1967, ocorreu um crescimento astronômico dos Panteras. O número de membros passou dos 5.000. Vale ressaltar, entretanto, que eram 5.000 membros de dedicação integral, dedicando todo seu tempo de trabalho na vida cotidiana da organização. O Panthera Negro, jornal do Partido, chegou a vender 125.000 exemplares diariamente. Além disso, uma série de atividades era exercida como trabalhos comunitários, creches e o famoso café da manhã gratuito para crianças. Essas ações, somadas às táticas de autodefesa, nas quais os militantes evitavam as ações de abuso policial contra a população negra mostraram ao povo os impactos reais dos Panteras Negras, que logo se tornaram o “inimigo número 1 à segurança interna do país” de acordo com o chefe do FBI, J. Edgar Hoover.

O governo estadunidense não poupou esforços em boicotar o Partido: matando dezenas de militantes, e atacando todas as suas sedes. O FBI se infiltrou na organização e utilizou todas as divergências internas para dividir e atacar o grupo. A mídia, aparelho ideológico do Estado, difamava e caluniava os Panteras Negras em qualquer espaço que conseguisse. A classe dominante estava aflita e com medo dos trabalhadores negros organizados. Além disso, problemas internos como o machismo dentro do Partido - as mulheres, embora fossem 70% de toda a militância, nunca eram dirigentes e, além disso, há relatos de calúnias feitas por membros caso uma militante se negasse a dormir com outro Panthera- levaram a queda do Partido dos Panteras Negras pela Autodefesa.

A atualidade dos Panteras

Após esse breve histórico, fica a indagação: qual a relevância dos Panteras Negras para os estudantes de medicina ?

Embora a realidade dos negros estadunidenses de meados do séc. XX pareça distante, ela não é. Ainda hoje, no Brasil, a população negra apresenta as piores condições de vida. A saúde, habitação, educação, qualidade de vida e trabalho dos negros (principalmente das negras) são muito inferiores na sociedade brasileira contemporânea.

Para exemplificar, podemos constatar que embora as mulheres negras e homens negros (pretos e pardos) representem 51% da população, perfazem 64% dos pobres (IPEA, 2007). Outro estudo demonstra que a renda média de um homem branco é de R\$ 1411,00 contra R\$ 544,40 das mulheres negras (IPEA, 2011). Além disso, a população negra ocupa os postos de trabalho mais precários e contribuem menos para a previdência social (DIEESE, 2009).

No que tange à repressão os dados também mostram a face real do racismo brasileiro. Um estudo da Fundação Perseu Abramo relatou que 51% dos negros declararam já ter sofrido discriminação policial, enquanto entre os que se declararam da cor branca, esse número cai para 15%. Além disso, o número de assassinatos cometido pelo aparato militar do Estado é muito maior entre os pretos. Podemos citar a recente chacina no bairro Cabula, em Salvador, onde 13 jovens negros foram covardemente **executados** pela polícia militar baiana. O governador, Rui Costa, comparou a ação assassina da PM a um "artilheiro prestes a fazer o gol". Ou quando uma criança inocente de 10 anos foi brutalmente executada pela força policial carioca. Tudo isso, seguido de uma apatia generalizada da sociedade brasileira, que não teve a mínima decência de se comover, como fizeram os estadunidenses quando Michael Brown foi assassinado em Ferguson, Missouri.

Embora esse quadro pareça distante das salas de aula, é inegável que o racismo se expressa, também, no ambiente universitário. Podemos citar os trotes, que sempre oprimem os grupos socialmente marginalizados, dos quais negros e negras fazem parte. Ou podemos falar da falta de professores ou até mesmo colegas de sala afrodescendentes. Ou as centenas de estudantes pretos que não conseguem obter as mínimas condições de vida devido às ineficientes políticas de permanência e assistência estudantil. Ou os outros estudantes, também pretos, que ficam sujeitos às políticas do Estado brasileiro que só visam aumentar os lucros dos patrões como o ProUni e o FIES.

Dessa forma, podemos ver como a sociedade brasileira continua explorando, oprimindo e matando seus negros e negras. Parafrazeando Caetano Veloso: os Estados Unidos da América também é aqui! Devemos nos espelhar no Partido dos Panteras Negras pela Autodefesa e lutar pelos direitos da população negra. Não podemos esperar que as pessoas que lucram com o sofrimento negro se sensibilizem com a nossa dor. É essencial que negros e negras se organizem e rebelem-se contra a exploração da população negra, assim como contra a exploração da mulher pelo homem e contra a exploração de um ser humano por outro ser humano. É por isso que, aprendendo com nossos antepassados, julgo importantíssima a organização dos estudantes negros e negras de medicina. **Toda força ao NegroX!**

Companheiros Malcolm X, Stokely Carmichael, Huey Newton, Eldridge Cleaver, "Lil" Bobby Hutton, Elaine Brown, Angela Davis, Bobby Seale e todos os Panteras Negras que ainda vivem ou morreram lutando pelo povo negro. Presentes!

A contribuição da Medicina na construção do Racismo Científico no Brasil: Um olhar sobre a Eugenia



Miguel de Jesus
Membro do Coletivo NegreX
Coordenador de Cultura - 2015

A forma com a qual a produção do saber científico foi estabelecida no Brasil nos finais do séc. XIX e início do séc. XX é de fundamental importância para que possamos também compreender o contexto político-social deste período e o papel exercido pela Medicina na construção desses saberes. As demandas constitutivas do novo projeto de formação do país após o período colonial colaboravam para o surgimento das instituições científicas e para o aproveitamento das ideias oriundas principalmente do território Europeu com o advento das descobertas científicas desse período.

“Os últimos anos do século XIX e os primeiros do XX foram marcados pela difusão de diversas teorias científicas que deixaram marcas profundas no estudo da natureza e da sociedade, no direito e na psiquiatria e mesmo na religião” (Schmidt; 2001).

Nesse sentido, o saber científico acaba por exercer um importante potencial na construção do Estado nacional, deixando de estar restrita a elite intelectual do país, passando então, a um lugar de referencial ideológico que direta ou indiretamente acabava por influenciar ampla parte do território. As instituições que se propunham ao debate dos acontecimentos que estavam em voga no campo da Ciência, em especial as ciências da natureza tiveram grande importância na elaboração do novo projeto nacional, tendo as mesmas, passado por algumas formas de organização, até que se chegasse a um modelo que se adequasse a realidade nacional efetivamente.

“Entre os séculos XVI e XVIII, as formas habituais de agrupamento científico foram as academias e as sociedades, compostas pelos interessados em trabalhar em prol do movimento científico. Porém, já ao final do século XVII, o papel das sociedades modifica-se: as características iniciais de diletantismo e amadorismo cedem lugar a uma organização de tipo profissional” (Ferreira et al; 1998).

A modificação do perfil dos participantes desses agrupamentos técnicos acompanha o aparecimento de novas perspectivas no âmbito das ciências no país, ainda que esse processo nesse primeiro momento se dê de forma ponderada e incipiente. O polo precursor dos novos conhecimentos continuava a ser a Europa, e o que se tentava no espaço nacional era um acompanhamento que a priori se mostrava desprendido do objetivo de alcances mais concretos e específicos.

“No contexto europeu vivencia-se o Positivismo, o Evolucionismo, o Imperialismo e os avanços da segunda Revolução Industrial. Uma das teorias mais destacadas desse período era a da evolução das espécies de Charles Darwin (1809-1882), que logo passava a servir de modelo para outros discursos científicas que já vinha sendo gestadas desde o século XVIII” (Santos e Ázara; 2013).

Com o advento dessas novas teorias, o processo natural ao qual se espera diante da influência europeia exercida no período, era uma absorção a esses novos elementos, que na prática direcionou-se a um processo de reelaboração dos novos conceitos estabelecidos pelo campo científico. De forma que o surgimento dessas teorias tinha como base de estabelecimento a reafirmação do saber produzido através da ciência, e nesse caso, o pensamento positivista teve uma grande influência no sentido de fortalecimento desse princípio. No Brasil, coube aos intelectuais à responsabilidade de conceber e adaptar os novos conceitos a realidade específica do país.

“Os primeiros passos se deram, no início do século XIX, com a chegada da Família Real portuguesa, com a inauguração das primeiras faculdades de Medicina e Direito, além de criação de Museus, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do ensino de Química na Academia Real Militar do Rio de Janeiro. Mas o crescimento dos espaços e da divulgação da temática científica no Brasil só se deu, de forma mais forte, na segunda metade do século XIX” (Santos e Azara; 2013).

A formação dos primeiros grupos que constituíram a intelectualidade médica brasileira é referente a esse marco temporal, exercendo uma influência que não se restringiu ao campo da ciência e a sua produção, mas também a vida política e social, a ponto de referenciar políticas de Estado que contribuíram para concepção ideológica para além do campo da Saúde. Num ambiente em que muitas outras instituições médicas já haviam surgido, duas instituições importantes também foram criadas nesse contexto de inovação científica e acabaram por exercerem papéis importantes, como por exemplo, o Museu Nacional e a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SMCRJ). Por um lado, contribuindo com a disseminação e a penetração das concepções científicas ocorre à aproximação dos intelectuais, com os ditos leigos.

“A SMCRJ criada em 1886, desperta interesse pela iniciativa pioneira de promover os primeiros congressos científicos ocorridos no país, instituindo assim uma nova forma de manifestação pública da ‘comunidade’ médica” (Ferreira; 1998).

Num outro sentido, a institucionalização dos saberes médicos viria a contribuir na sistematização e na melhor propagação desse conhecimento em um momento oportuno posteriormente.

“O Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional, antiga Divisão de Antropologia Física, originou-se na segunda metade do século XIX. Ao longo de sua trajetória, que se desdobra até o presente, mantém-se como um locus de intensas atividades de pesquisa, ensino e constituição de coleções e por vezes envolve-se nos debates sobre questões sociopolíticas de ampla alcance no país” (Sá et al; 2008).

Os intelectuais médicos passam a exercer nesse cenário um maior poder de interferência no sentido da sua responsabilização na produção de verdade ideológica legitimada pela metodologia da pesquisa e do saber técnico, características presentes no espectro cientificista correspondente naquele momento. Além disso:

“O exercício profissional da medicina representou uma das poucas alternativas disponíveis para os indivíduos interessados em ciência, explicando-se assim por que as sociedades científicas mais importantes foram organizadas por médicos” (Ferreira et al; 1998).

Por essa via, não somente o conhecimento técnico-científico passa a ter mais divulgação na sociedade, como também, o Estado começa a estabelecer uma relação mais aproximada com esses grupos e instituições.

“Para diversos setores da elite política e intelectual nativa, nosso jovem país precisava seguir, após a abolição da escravidão e a proclamação da República, os rumos do “progresso” e da “civilização” sinalizados pela Europa” (Schmidt; 2001).

Esse processo acaba por se materializar de forma ampla:

“Embora muitas sociedades tivessem caráter privado, os interesses de Estado, indubitavelmente, desempenharam papel-chave não apenas em sua manutenção, mas também no amparo a outras iniciativas como a fundação de bibliotecas, a organização de museus, a realização de expedições científicas, funcionando assim como agente da promoção de atividades cultas no Novo Mundo. Aos propósitos civilizatórios da ciência somava-se seu caráter utilitarista; a ciência deveria estar a serviço da modernização do país” (Sá et al; 2008).

As modificações externas exerceram muita influência na realidade do país, e as evidências históricas dão referência ao permeio dessas concepções em áreas diversas:

“Os anos que se seguiram a 1870 foram marcados pela entrada, no país, de uma enxurrada de ‘ismos’: evolucionismo, abolicionismo, positivismo, anarquismo, liberalismo, determinismo (geográfico), republicanismo. Ideias emergentes em meio a um país sem universidades, cuja tarefa de entendê-las e adequá-las foi delegada à classe intelectual que, no impasse de aceitá-las ou refutá-las, optou, em boa parte, pela ‘ressignificação’ (Tamano et al; 2011).

“A partir da década 1870 essas concepções passaram a ser divulgadas mais intensamente na sociedade brasileira não apenas com a circulação de alguns livros e revistas, mas também, nas reuniões e palestras ‘científicas’. Participar dessas reuniões era uma prática, uma forma de sociabilidade, uma tentativa da elite brasileira de fazer parte da ideia de ‘mundo civilizado’ e de progresso” (Santos e Ázara; 2013).

Nesse momento é importante percebermos o desafio que estava posto aos intelectuais brasileiros, no que se refere à responsabilidade de elaboração de uma ideologia nacional, no sentido de efeito de verdade, acerca da identidade do país, dialogando com dois espaços complexos: O cenário pós-escravidão e o cenário Europeu a partir do advento das teorias que emergiam do produto intelectual do séc. XIX. Parte-se ainda do pressuposto que o discurso de cientificidade da Europa contribui para construção do discurso racial da intelectualidade brasileira, salientando que esse processo não ocorreu de forma passiva, justamente pela complexidade estabelecida no território brasileiro do ponto de vista de sua estrutura econômica e de sua heterogeneidade étnica.

“Então a compreensão da ciência, sem negligenciar seu movimento interno próprio, se faz também por meio da investigação de seu contexto histórico, do ideal de cientificidade de uma dada comunidade científica e também da ideologia presente na sociedade mais ampla” (Santos e Ázara; 2013).

O interesse dos primeiros formuladores do pensamento racial brasileiro em discutir as relações entre os diferentes grupos de cor não foi propriamente uma escolha temática:

“O tema lhes caiu sobre os ombros, na medida em que o desafio de construir o que entendiam ser uma nação ‘civilizada’ implicava articular uma gramática discursiva na qual as teorias científicas recebidas da Europa e que colocavam os brancos no topo da hierarquia racial pudessem ser conciliadas com a realidade do país” (Costa; 2003).

No que se refere a todo esse contexto é que emergiram as concepções *raciológicas* que se direcionavam a atribuição de um sentido de valor hierarquizado aos indivíduos de acordo com o estrato étnico ao qual o mesmo pertencia, compreendendo ao estágio final de evolução o homem branco. Essa inferência dialogava diretamente com o potencial de civilidade de um Estado, em função das características de sua população, de forma que o Brasil encontrava-se em certo grau de atraso por conta dos seus caracteres populacionais que no período histórico em questão havia a predominância da população negra e mestiça. A Medicina enquanto autoridade científica, até meados do séc. XX exerceu uma posição de alta relevância na construção dos conceitos raciais deterministas, como também na formulação de propostas que pudessem solucionar o problema da configuração étnica brasileira, o fazendo a partir da empunhadura dos elementos oriundos do darwinismo social, tendo a Antropologia Médica, como área de estudo que maior contribui para estas formulações.

"De forma esquemática, a antropologia na segunda metade do século XIX pode ser dividida em duas grandes vertentes. De um lado, havia aqueles que, sobretudo ligados a faculdades de medicina, ocupavam-se em estudar a anatomia das 'raças' humanas; de outro, juristas preocupados em se aprofundar nas especificidades culturais dos povos ditos 'não civilizados' (como eram vistas as populações de negros e indígenas)" (Sá et al; 2008).

A construção das teorias eugenistas pelos intelectuais brasileiros não foi restrita aos profissionais médicos, e sim, a toda a elite intelectual em sua grande maioria, tendo esses conceitos permeando outras áreas do conhecimento como a Literatura e o Direito. Daí ressaltarmos a importância de compreendermos o quanto esses elementos foram engendrados na sociedade, tendo assim, um cunho de projeto de Estado devido às proporções que foram estabelecidas.

"O racismo duro da Escola de Medicina da Bahia e da Escola de Direito do Recife, entrincheirado nos estudos de medicina legal, da criminalidade e das deficiências físicas e mentais, evoluiu, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, em direção a doutrinas menos pessimistas que desaguaram em diferentes versões do "embranquecimento", subsidiando desde as políticas de imigração, que pretendiam a substituição pura e simples da mão de obra negra por imigrantes europeus, até as teorias de miscigenação que pregavam a lenta mais contínua fixação pela população brasileira de caracteres mentais, somáticos, psicológicos e culturais da raça branca, tais como podem ser encontrados em escritos de Batista Lacerda (1911) e Roquette Pinto (1933)" (Guimarães; 2004).

Assim, pode-se observar a dimensão do alcance e o poder contributivo que havia no desenvolvimento das teorias eugenistas no Brasil, produzindo efeitos diretos na estrutura organizacional do país, como a questão econômica por exemplo. Ao que se concebe a partir dos elementos históricos é que a produção científica brasileira ao se debruçar sobre as teses evolucionistas do séc. XIX trouxe mudanças que ultrapassam o campo simbólico e ideológico e reverbera de forma prática na realidade social, seja por vias diretas ou indiretas.

Fatos históricos marcantes e decisivos nos caminhos políticos brasileiros, como a imigração, além de possuírem outros fatores desencadeantes, ao que se observa dos estudos historiográficos, não parece viável afastá-lo das influências da eugenia e do darwinismo social. Isso ganha ainda mais relevância quando observamos a constituição do território brasileiro e concluímos sobre a grande relevância que teve o processo migratório na elaboração do cenário brasileiro, em paralelo com a perspectiva de objetivar a extinção de uma parcela da população brasileira a partir desse projeto. Em outra via os trabalhos antropológicos trouxeram, repercussões de delineamentos extremamente complexos, isso porque, a partir de substratos antropométricos que possuem caráter físico e real, foram estabelecidas concepções subjetivas sobre os sujeitos negros e mestiços. Esses achados ainda que venha acompanhado de valores não concretos se materializa a partir do momento que estabelece lugares pré-determinados de inferioridade ao indivíduo, seja no campo ético-moral ou de atividade técnica-intelectual. A trajetória da antropologia físico-biológica sempre esteve estreitamente associada ao desenvolvimento de uma pletera de instrumentos de medição do corpo humano (antropometria). Esse aprimoramento técnico decorreu de debates intelectuais e políticos a respeito das interfaces entre a dimensão morfo-anatômica da espécie humana e os planos morais, intelectuais e sociais de sua existência.

"Partia-se do pressuposto de que características como capacidade craniana, peso do cérebro e a conformação das circunvoluções cerebrais poderiam informar sobre aspectos morais e intelectuais dos indivíduos e, em uma dimensão mais ampla, as possibilidades de aprimoramento das sociedades humanas" (Sá et al; 2008).

Diante disso, é notório o elevado nível de permeio social que possui a Medicina e os seus saberes, atuando muitas vezes de forma protagonista e determinante nos fenômenos sociais, exercendo um lugar que ultrapassa as barreiras do curar e acaba por dialogar dinamicamente com fatores diferenciados.

Aqui nos colocamos a dialeticamente contrapormo-nos com a perspectiva dos princípios elaborados pelos intelectuais brasileiros nos finais do séc. XIX, aonde enfatizamos o papel da Medicina, contribuindo preponderantemente para a construção da ideologia nacional do ponto de vista do desenho de um estereótipo para um grupo racial específico, nesse caso, os negros/mulatos e indígenas. No mais, nos lançamos a pensar que essa contribuição demonstra sua efetividade por ultrapassar as barreiras dos marcos histórico-temporais, e não obstante, por inúmeras vezes se fazer presente e enraizada no ideário popular, trazendo por um lado uma roupagem ressignificada pelo passar dos anos, porém, ainda alimentando-se dos substratos elementares do período secular retrasado. Predomina, no debate, a visão de que as características fenotípicas, reunidas em classificações raciais, definem a priori as capacidades e possibilidades de desenvolvimento pessoal e social. Nesse caso, as relações sociais se tornam variáveis derivadas da biologia.

“Pode-se dizer que a questão propriamente sociológica que articula o campo de estudos em tela é a investigação acerca da maneira como algumas características físicas e mais marcadamente a cor da pele, o formato dos lábios e do nariz e o tipo de cabelo, reunidas em classificações mais ou menos duradouras, permanecem como fator determinante das juízos e escolhas pessoais bem como das hierarquias sociais no Brasil” (Costa; 2003).

Por fim, compreendemos que o aprofundamento dos acontecimentos históricos sejam eles positivos ou negativos se faz necessário para que, a partir da contribuição viabilizada pela lucidez dos fatos e por uma análise crítica dos acontecimentos, de fato tenhamos uma superação daquilo que não deu certo.

Muito mais que a Anemia Falciforme



Monique França
Membro do Coletivo NegreX
Coordenadora de Políticas de Saúde - 2015
Coordenadora Geral - 2014

De início, cabe lembrar que existe, no Brasil, um fenômeno singular no racismo chamado “democracia racial”, o qual corresponde à construção imaginária acerca da vigência de um harmonioso convívio entre os grupos racializados. Trata-se, na verdade, de uma ideia altamente difundida por representantes do governo, intelectuais - podemos citar Gilberto Freyre -, meios de comunicação, e reproduzida entre a população em geral, desde o fim do século XIX. Na contramão dessa noção de democracia racial, diversos intelectuais, entre eles Florestan Fernandes, questionam sua validade e colocam-na como um mito, capaz de alimentar uma visão do sistema escravista do Brasil como um modelo paternalista, de interações mais próximas e harmônicas entre senhores e escravos.

Com base no mito da democracia racial, enfatizou-se o papel da população negra escravizada na formação da nação brasileira e sua influência na cultura, na produção econômica e na prestação de serviços. Ao mesmo tempo, foram colocados em segundo plano o dilaceramento da identidade cultural dos africanos e seus descendentes pela sociedade, o tratamento de negação e exclusão que os negros receberam do Estado e da sociedade após a abolição da escravatura e também as reações da população negra a essa situação, por meio de movimentos de resistência.

As teses da democracia racial, contudo, sempre tiveram seus opositores. O Movimento Social Negro, por exemplo, teve papel importante nesse processo, como nas manifestações empreendidas nos 1930 e nas lutas pela redemocratização do país, no fim da década de 1970. Algumas conquistas importantes efetivaram-se legalmente na Constituição Federal de 1988, que estabeleceu disposições anti-discriminatórias, transformou o racismo em crime inafiançável, protegeu a manifestação das culturas indígenas e afro-brasileiras, e determinou a proteção legal aos documentos e locais dos antigos quilombos.

Diante dessa conjuntura de enfrentamento ao racismo, vem à tona uma questão cotidiana: o racismo institucional. Nos deparamos com problemas metodológicos para distinguir dentro das desigualdades raciais o que é inerente à questão racial, independente de outros aspectos como acesso à informação, emprego, bens materiais, serviços de saúde ou mesmo percepção de racismo. Fato é que o racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar as discriminações raciais de forma a diferenciar atendimentos e tratamentos dependendo da cor e raça da paciente espelhando as relações raciais na sociedade na organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas e atuando também nas instituições privadas. Por vezes parece ser ineficiência estatal, mas na verdade essa postura serve justamente para produzir e reproduzir um status quo, com condutas excludentes de certos grupos, neste caso relacionado à raça negra. Ele foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, como capaz de produzir: A falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. (Carmichael, S. e Hamilton, C. *Black power: the politics of liberation in America*. New York, Vintage, 1967, p. 4).

É importante também não perdermos de vista que, antes e além da ação institucional, o racismo se coloca como marco ideológico legitimador e definidor de prioridades, reivindicando e legitimando culturas e condutas cotidianas ou profissionais dentro e fora das instituições. Estimular a produção científica para entender o processo saúde-doença específico para a população negra, trazer à tona esse debate, promover políticas públicas sobre essa população é combater o racismo institucional. Foi em relação a esta capacidade do racismo atuar em nome de seus próprios parâmetros, perpetuar-se e legitimar-se produzindo privilégios, que Gary King chamou atenção para o fato de que: pessoas e organizações que se beneficiam do racismo institucional são refratárias a mudanças voluntárias do status quo. (King, Gary. *Institutional Racism and the Medical/Health Complex: a conceptual analysis*, p. 33, 1996).

Com isso, justifica-se a criação de medidas e mecanismos capazes de quebrar a invisibilidade do racismo institucional, de romper a cultura institucional, estabelecendo novas proposições e condutas que impeçam a perpetuação das iniquidades. Entre essas medidas, podemos citar: a Constituição Federal de 1988, que torna crime os atos de Racismo, prevendo inclusive reclusão, e alberga vários valores fundamentais, entre os quais está o Princípio da Igualdade; e a Lei n. 10.639, de 9 de janeiro 2003 (História e Cultura Afro-Brasileiras), que altera a LDB (Lei 9.394/96) para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileiras", que, no texto anterior da LDB, era abordada de maneira difusa. Além disso, o Brasil é signatário de declarações, Tratados e Convenções como: a Carta das Nações Unidas (1945), a Declaração e Plano de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (ONU, 2001), entre outros.

Em outro campo, que trata de políticas dirigidas à promoção da igualdade racial, temos: o Programa Nacional de Direitos Humanos (Brasil, 1996); a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Brasil, 2003); o Plano Nacional de Saúde 2004-2007 (Brasil, 2004), em que consta a inserção do tema saúde da população negra na agenda do Ministério da Saúde, por meio de recomendações para ações e projetos - no entanto, a forma como se deu essa incorporação foi bastante incipiente, uma vez que somente a Anemia Falciforme e a Atenção às Comunidades Quilombolas receberam destaque; e, mais recente, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PSPN - 2006), que define o conjunto de princípios, marcas, diretrizes e objetivos voltados para a melhoria

das condições de saúde desse segmento da população - incluindo ações de cuidado e atenção à saúde, bem como de gestão participativa, controle social, produção de conhecimento, formação e educação permanente de trabalhadores de saúde, visando à promoção da equidade em saúde da população negra.

Avaliando esse contexto de conquistas institucionais e legais, parece que chegamos ao limite da luta pela igualdade racial. No entanto, a batalha só está começando, pois é preciso que tais políticas sejam implementadas e efetivadas. A seguir iremos exemplificar como o racismo, por muitas vezes institucional, consegue ser transversal na vida das mulheres negras, mostrando a importância de cobrar ações mais contundentes e entender que a mulher negra sofre com diferentes variáveis de discriminação.

Segundo estudo, realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública - Fiocruz, no Município do Rio de Janeiro dá conta de desenhar um cenário preocupante. Nesse estudo, foram amostradas 9.633 puérperas, sendo 5.002 brancas (51,9%), 2.796 pardas (29,0%) e 1.835 negras (19,0%), oriundas de maternidades públicas, conveniadas com o Sistema Único de Saúde e particulares, no período de 1999 a 2001. Com objetivo de analisar as desigualdades sociais e no acesso e utilização dos serviços de saúde em relação à cor da pele, baseou-se em amostra representativa de puérperas que demandaram atenção hospitalar ao parto. No resultado do estudo, observou-se persistente situação desfavorável das mulheres de pele preta e parda em relação às brancas e verificou-se dois níveis de discriminação, a educacional e a racial, que perpassam a esfera da atenção oferecida pelos serviços de saúde. Quase um terço das pardas e negras não conseguiram atendimento no primeiro estabelecimento procurado, além de terem recebido menos anestesia no parto vaginal. A perambulação pelas maternidades na hora do parto constitui-se numa das dimensões da falta de acolhimento das instituições de saúde e reflete a ausência de planejamento sistêmico para assistência ao nascimento, com consequências danosas para a mãe e o bebê. Com vários fatores - individual, institucional, profissional -, percebemos que essa realidade se repete em maior ou menor escala em todo o Brasil.

A essa parcela da população é negada uma série de direitos que influenciam direta ou indiretamente no seu processo saúde-doença.

Outro ponto que temos que destacar é a questão da proibição do aborto: são as mulheres pobres, principalmente as negras, que mais são penalizadas pela falta de acesso ao sistema de saúde de forma adequada e estruturado, métodos contraceptivos e outros. Segundo dados do IPAS (2008), estima-se que a cada ano, mulheres, ricas e pobres, realizam cerca de 1.042.243 abortamentos inseguros. E, dentro desse espectro, as mulheres negras estão submetidas a um risco de mortalidade em consequência de abortamento três vezes maior que as mulheres brancas.

Ainda dentro do contexto do processo saúde-doença, a cultura do estupro - violência sexual/doméstica também é uma questão de saúde - é vigente desde a colonização do Brasil, quando mulheres negras foram estupradas por homens brancos e usadas em políticas oficiais de miscigenação, com o fim de branquear a população. Enquanto as mulheres brancas também são vítimas de violência e estupro, é preciso salientar as formas distintas pelas quais o machismo atua: as brancas são violentadas exclusivamente por seu gênero, as negras também se tornam vítimas do preconceito racial. A cor é fator relevante quando analisamos os casos de agressão e assassinato por parte de companheiros e ex-companheiros. As negras representam mais de 61% das vítimas de feminicídio, exatamente porque não contam com assistência adequada e estão mais vulneráveis aos abusos das próprias autoridades.

Desta maneira, vale ressaltar que 54% dos brasileiros que se autodeclararam pretos e pardos, de acordo com o Censo de 2010, 70% são dos usuários do SUS, segundo dados da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir), publicados no Relatório Anual de Saúde (2011). E, ainda assim, convivemos com o seguinte cenário: mais de 40% das negras nunca realizaram mamografia; a causa mais frequente de complicação na

gravidez e também de morte materna em mulheres negras (6 vezes maior que em mulheres brancas) é hipertensão arterial, patologia crônica que tem tratamento; um estudo para avaliar o acesso a serviços preventivos de saúde do câncer de mama e do colo uterino por mulheres negras e brancas revelou que para o nível de acesso considerado bom, as mulheres brancas representam 15,4%, enquanto as negras respondem por 7,9%. Como justificar isso?

O adoecimento da população negra é muito mais que anemia falciforme. O fortalecimento da equidade e tirar da invisibilidade essa pauta está na ordem do dia para efetivação de uma saúde que possa de fato ser integral à população negra, tanto para homens quanto para mulheres. Ações educativas, sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde sobre os diferenciais étnicos no processo saúde-doença, preenchimento do 'quesito cor' nos documentos e sistemas de informações do SUS, estudos científicos específicos para a população negra, entender que o adoecimento da população negra perpassa pela determinação social do processo saúde-doença são fundamentais para acolher e atender com qualidade essas mulheres. O reconhecimento das necessidades comuns e específicas de saúde da população negra e outros grupos não é criar uma nova "discriminação", mas é humanizar o cuidado, individualizá-lo e combater a desigualdade racial.

*Raça - A espécie humana é indivisível e a diversidade fenotípica ou variações de traços físicos, como cor da pele e dos olhos, textura do cabelo, formato do nariz e do crânio, não implicam diferenciais biológicos ou genéticos que configurem a existência de diferentes raças humanas. As diferenças que se estabelecem entre os indivíduos são de ordem sócio-histórica, ideológica e cultural e, na medida em que as diferenças físicas atraem prontamente a atenção de toda sociedade, verifica-se a confirmação social e política do conceito de raça, independentemente da validade da biológica. Os termos raça e etnicidade são categorias sociais, mais do que biológica, referente a grupos que têm em comum uma herança cultural.

Conflitos de identidade entre raça, gênero e sexualidade: desafios para uma luta interseccional



André Luís Melo
Membro do Coletivo NegroX

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e milhares de outras mulheres Negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão para as pessoas negras, porque milhares de mulheres lésbicas e homens gays são negros. Não existe hierarquia de opressão. [Audre Lorde(1)]

Esse é um trecho escrito pela escritora e ativista negra e lésbica, Audre Lorde. No texto completo, " *There is no hierarchy of oppressions*", Lorde consegue fazer a crítica que muitos de nós, que transitam em experiências interseccionais, temos desejo de fazer – e fazemos –, quando observamos as contradições dos espaços em que vivemos. A experiência de Lorde se refere às comunidades lésbicas, mas o quadro pode ser ampliado para as

comunidades gays masculinas e comunidades transgêneros. Qual perspectiva teórico-prática que combata a LGBTfobia temos na comunidade negra? E qual perspectiva antirracista temos na comunidade LGBT?

O grande dilema que se coloca para a vida política das pessoas negras LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – é a questão: “O que eu sou primeiro, gay ou negro? Lésbica ou negra? Trans ou Negrx?” O cerne dessa questão, na maioria das vezes, reside na conformação social das comunidades de “minorias”, que reproduzem violências estruturais que sustentam as opressões na nossa sociedade. É uma verdade para a grande maioria dos homens gays negros que, diante dessa experiência interseccional, são vítimas de racismo não só na sociedade de uma forma geral, como também dentro da comunidade homossexual. Por outro lado, são vítimas de homofobia crassa – em cujos índices o Brasil ocupa o primeiro lugar – não apenas no trabalho, escola, vizinhança, faculdade, como também dentro das comunidades negras, francamente marcada por uma heteronormatividade histórica. Para as mulheres lésbicas, além das questões colocadas, as hierarquias de gênero, que privilegiam os homens em detrimento das mulheres, têm papel fundamental para configurar o local que elas ocupam na estrutura social e contribuem para potencializar a violência estrutural que recai sobre essas mulheres.

Para contextualizarmos tais questões, vale a pena abordar as formulações feitas pelo antropólogo e sociólogo Richard Parker sobre o estigma, violência e preconceito. Ao analisarmos as hierarquias sociais que condicionam os lugares que o povo negro e a comunidade LGBT tem ocupado nas sociedades ocidentais, é possível identificar que somos vítima de estigma e preconceito, os quais desempenham um papel fundamental na produção e na reprodução das relações de poder e controle. [2] Parker acrescenta que o desdobramento do estigma faz com que alguns grupos sejam desvalorizados e outros valorizados de forma inerentemente discriminatória. Compreender o estigma à luz das estruturas de reprodução social na sociedade brasileira, sustentada numa exploração racista da população negra africana e truncada numa moral e prática cis-heteronormativa-reprodutiva, é tarefa fundamental para os movimentos de identidade, especialmente entre negrxs e LGBT.

Pensar a vida dos gays negros, das lésbicas negras e pessoas trans negras é, precisamente, pensar sobre a violência estrutural a que somos submetidos sistematicamente. Galtung define a violência estrutural da seguinte maneira:

“[...] deficiência evitável das necessidades humanas fundamentais ou, para colocar em termos mais gerais, o comprometimento da vida humana, que reduz o grau real no qual alguém é capaz de satisfazer as suas necessidades aquém do que seria possível de outro modo”. [3]

Esse é um conceito-chave para que possamos entender a forma como as sociedades estão organizadas para manter o *status quo* opressor que determina as relações sociais. A escravidão negra enraizou drasticamente as desigualdades raciais e consolidou as condições que hoje determinam a vida de negros e negras. Nossas vidas são caracterizadas pela desigualdade de oportunidades de educação, pelo acesso limitado ao emprego, saúde e justiça, além de convivemos com um perene sentimento de sobrevivência, devido ao genocídio tácito do povo negro promovido pelos braços armados do Estado.

Em relação à experiência LGBT, muita violência e estigma são legitimados até hoje. Historicamente, lésbicas e homossexuais foram alvo de intensa repressão em diversas civilizações, calcadas no catolicismo, sobretudo após a Inquisição. A instauração dos crimes de sodomia colocou a homossexualidade, lesbianidade e travestismo no local de práticas abjetas, moralmente condenáveis e destinadas à punição. Os estudos da psiquiatria moderna, principalmente a partir de meados do século XIX, acrescentaram mais um estigma às experiências sexuais ditas desviantes: a patologia. Vivenciamos, a partir de então, os resultados da norma biomédica sobre nossos corpos e subjetividades; nesse processo, é preciso considerar o quanto que as estruturas institucionais se responsabilizaram por fortalecer as normas sexuais e de gênero ao longo do tempo. Mais recentemente, com o avanço dos movimentos feministas, grande parte dessas regras foram questionadas, o que abriu espaço para que a

sexualidade saísse do espaço privado patriarcal para o espaço político. O surgimento dos principais movimentos em defesa dos direitos civis para o público LGBT, no fim da ditadura militar, foi impulsionado pelo *boom* da AIDS – mais um estigma que se associa aos vários já citados –, culminando na consolidação dos guetos como espaços de resistência de cidadanias subalternizadas.

Partindo desse cenário em que se constrói o racismo e LGBTfobia estruturais na nossa sociedade é que devemos nos colocar enquanto agentes políticos em microespaços e macroespaços para alterar a correlação de forças e propor uma nova *gramática social*, como diz Judith Butler. As experiências que pessoas negras e LGBT vivenciam na sociedade ultrapassam a sectarização ser gay X ser negro ou ser lésbica X ser negra; a opressão atinge a pessoa por inteiro e, nesse sentido, é reponsabilidade de ambos os espaços de luta considerarem como horizonte a superação dessas discriminações.

A experiência do homem negro gay na nossa sociedade é carregada de estigma que limita nossas chances de vida nos diversos espaços. O racismo estrutural não faz seleção heterossexuais e homossexuais, impõe uma inferioridade histórica ao povo preto que determina as oportunidades de vida que teremos na atual organização social.

As relações sociais na sociedade brasileira ainda não conseguiram superar o racismo, e nesse sentido as comunidades gays simbolicamente reproduzem – quando não diretamente – essa violência sobre as pessoas negras. Foi feito um estudo nos movimentos e comunidades LGBT americanos, cuja evidência revelou que homens gays negros se sentem discriminados por outros homens LGBT brancos, dentro das comunidades gays, clubes e bares. Essa experiência negativa vivida pelos pretos nos grupos LGBTs culmina com sua diminuta participação nos espaços de decisão da luta anti-homofóbica, explorando cada vez mais seus não-privilégios dentro de uma sociedade já marcadamente racista e brancocêntrica. Faltam estudos no Brasil com essa temática, mas a realidade nos faz crer que aqui o cenário não deve ser diferente. Tal informação nos coloca o desafio emergente de repensar que padrões de relações sociais estamos produzindo nos guetos LGBT? É preciso que esses espaços reconheçam privilégios históricos das pessoas brancas sobre a exploração do povo negro, e é sob a ótica dessa matriz que tem se organizado os diferentes papéis sociais de brancos e pretos, inclusive entre os gays.

As comunidades negras, por outro lado, também têm reproduzido LGBTfobia estrutural em suas relações. Especialmente para os homens negros gays, que buscam na auto-organização preta uma forma de constituir resistência para o racismo, vivenciar estigma e preconceito devido à sua sexualidade é algo que limita ainda mais nossas chances de vida e organização. Tal qual a sociedade de uma forma geral, negros e negras vivem como produto de uma matriz sexual pautada na heteronormatividade e conseqüente homofobia; “você pode fazer o que quiser, mas não diga nada a ninguém” faz parte do código social reproduzido entre negros. Nessa perspectiva, as comunidades negras ocidentais, sobretudo as de religião cristã, consideram a relação entre homem e mulher normal, estigmatizando todas as outras que fogem a essa norma. Isso evidencia, portanto, o papel que as religiões, sobretudo as de caráter cristão, tem na perpetuação de uma norma moral excludente, tanto entre as comunidades brancas quanto entre as negras. Esse conflito de identidades foi muito bem exposto no discurso do Prof. Melvin Boozer, candidato para nomeação de vice-presidente dos EUA pelo Partido Democrata, numa reunião nacional do partido, em 1980, diz:

“Eu sei o que é ser chamado de *nigger*, eu sei o que é ser chamado de bicha e eu entendo as diferenças na medula dos meus ossos. E eu posso resumir essa diferença em uma única palavra: nenhuma” [4].

Nessa discussão de experiências interseccionais, que constituem o conjunto da obra que é o humano, é fundamental discorrer sobre as contradições das lésbicas negras. Os movimentos feministas historicamente cumprem papel fundamental na quebra das hierarquias de gênero, cuja perspectiva de superar a história inferioridade da mulher em relação ao homem deu substância para grande parte das lutas identitárias da

atualidade. O questionamento do modelo de sociedade patriarcal-reprodutor, feito pelos feminismos, foi fundamental para que as mulheres enxergassem uma maneira de se soltar das correntes até então invisíveis que lhes prendem ao espaço da vida privada e, além disso, favorecem a reflexão sobre a heteronormatividade moderna (por isso se diz que o movimento LGBT bebeu do feminismo).

No entanto, a organização das mulheres no feminismo, amplamente composto por mulheres brancas, as fez perceber que muitas questões específicas das mulheres negras não eram questões centrais nesses movimentos. A história das mulheres negras no Brasil – e não só aqui – remete diretamente às escravas, mucamas, vítimas de um machismo-racismo que tirou a dignidade e a vida de muitas. Esse leito histórico deu bases para os determinantes atuais de vida das mulheres negras, que ocupam grande proporção das empregadas domésticas, recebem menores salários que as mulheres brancas e cujos corpos são sistematicamente espetacularizados na grande mídia, como na Globo (não podemos esquecer a série “Sexo e as Negas” e do concurso “Globeleza”, ambas as iniciativas da Rede Globo).

A organização das mulheres também foi fundamental para o surgimento do movimento LGBT. Apesar de ter sido originado pelas demandas de homens gays, revoltados com a repressão da ditadura e insatisfeitos com os encaminhamentos dos movimentos de esquerda, as mulheres lésbicas foram essenciais para que a comunidade LGBT entendesse que a organização é um passo importante para a conquista dos nossos direitos. O movimento de lésbicas luta por uma pauta histórica que é a invisibilidade, tanto no movimento LGBT quanto nos feminismos, justamente porque esses espaços apresentam limitações no que concerne a luta pelos direitos dos sujeitos para além das pautas centrais.

É preciso assumir, portanto, as contradições que existem nos espaços de resistência negra, feminista e LGBT. O movimento negro permanece sendo liderado por homens e reproduzindo heteronormatividade, o que cria barreiras para a emancipação das lésbicas negras. Mulheres lésbicas no mundo inteiro ainda são vítimas de estupros coletivos ditos “corretivos”, a fim de que sua lesbianidade seja curada pelo ato sexual forçado com muitos homens simultaneamente; essa prática, inclusive, é legal em algumas comunidades negras africanas. O movimento LGBT ainda não conseguiu superar a invisibilidade que construiu para a vida das mulheres lésbicas, e, além disso, reproduz um racismo abominável em sua estrutura. O feminismo negro foi, então, o principal espaço que permitiu a visibilidade de mulheres negras por completo, incluindo as sexualidades na sua agenda política. As feministas negras foram as criadoras do conceito de interseccionalidade, quando de 1989, quando Kimberlé Crenshaw lança seu ensaio “*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*”. A auto-organização de mulheres negras, com uma agenda própria que combate o machismo e o racismo tem como ideia central a consciência de que as opressões acontecem imbricadas. Quando uma mulher negra é estuprada, ambas as violências ocorrem simultaneamente, frustrando esforços em determinar qual a fonte específica da violência. Foi justamente a emergência da ferramenta teórico-prática interseccional, a partir do feminismo negro, que permitiu o questionamento das outras opressões de identidades que ocorrem na vida das minorias: questões de orientação sexual e raça, identidade de gênero e raça, classe e raça, gênero e raça.

Não obstante, as identidades de gênero surgiram mais recentemente como uma dimensão responsável pela opressão de muitos indivíduos. O Brasil é o país em que mais se mata travestis e transexuais, uma população extremamente invisibilizada, sendo os únicos sujeitos que, dentro da categoria LGBT, ainda recebem status de patologia pela imposição do poder biomédico. Mais que lutar pela visibilidade trans em amplos espaços de luta, ativistas trans tem se dedicado bastante à luta pela sobrevivência e existência com dignidade. Deve ser revoltante para qualquer grupo que luta em prol dos direitos humanos viver num país em que se dizima uma população por romper barreiras morais, médicas e jurídicas socialmente construídas para manutenção de um status quo burguês.

É nesse sentido que a Judith Butler, referência mundial nos estudos sobre sexualidades traz o conceito dos gêneros inteligíveis, ferramenta teórica que nos permite compreender como se arranjam as identidades de gênero sob efeito das relações de poder. Segundo a autora, os gêneros são performances contínuas inteligíveis na gramática social em 4 dimensões: sexo, identidade de gênero, orientação sexual e prática sexual. A partir dessa trama, são esperados sujeitos que se adequem às normas de sexo e gênero, que preveem e determinam suas existências. Certamente essa norma exclui os sujeitos que transitam entre o correto e o não-correto nesse conceito, tornando-os sujeitos abjetos de qualquer direito.

Essa formulação teórica pode ser vista muito bem na prática. Sabemos hoje que travestis e transexuais constituem população cuja expectativa de vida não alcança sequer os 40 anos, ocupam grande parte das ocupações entre profissionais do sexo e são muito vulneráveis em relação ao direito à saúde, educação, liberdade de ir e vir, justiça, entre outros. Partindo da crítica sobre a realidade é que podemos refletir sobre as formas pelas quais iremos inserir em nossas agendas políticas a luta pela cidadania trans para que, num futuro não tão distante, sejam esses homens e mulheres a lutar pela superação do racismo e do machismo. Os movimentos que utilizam da interseccionalidade tem o desafio de compreender que as pessoas são violentadas pelo conjunto da obra que apresentam em suas performances de vida, ficando muito difícil de separar qual dimensão dá origem a determinada violência.

Em abril/2015 nacionalmente ouvimos falar no caso da Verônica Bolina, mulher trans negra que foi absurdamente maltratada e violentada pela Polícia Militar de São Paulo. Veronica foi acusada de agredir fisicamente uma senhora e, ao ser levada para a delegacia, teve seus cabelos arrancados, seus seios e glúteos expostos em fotografias irônicas pela internet, além de aparecer com a face completamente desfigurada devido às agressões policiais. O caso, infelizmente, não foi o primeiro de travestis negras violentadas pelo braço armado do Estado, cuja prática está longe de defender a vida desses sujeitos de direito.

Dados no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM/UFMG) evidenciam que, em investigação feita em 2010, cerca de 70% das mulheres trans brancas trabalhavam como profissionais do sexo, enquanto para as trans negras, esse percentual foi de 99%. Além disso, quando questionadas sobre o valor/hora cobrado pela prática sexual, a pesquisa revelou que as mulheres trans negras recebiam 10% do que as trans brancas revelaram receber. Tal realidade nos faz refletir sobre o quanto os movimentos negro, LGBT, feministas tem se dedicado a contribuir com a luta de travestis e transexuais. Gays que ainda dominam a agenda de luta das pautas LGBT, feministas que tem resistência em entender a experiência de opressão das mulheres trans, como se fossem menos dignas, e o movimento negro, que reproduz a norma cishetero-masculinista nos seus espaços, sendo um horizonte de atuação distante para travestis e transexuais, inclusive as negras. Para exemplificar o quão as experiências interseccionais limitam nossas oportunidades de vida e estigmatizam nossas existências, sugiro que pesquisem na ferramenta Google os termos "gays negros", "lésbicas negras e "trans negras". Os resultados pornográficos da pesquisa demonstram quão mercantilizadas e objetificadas estão os nossos corpos, não sendo dignos de uma cidadania que é dada aos brancos e cisheterossexuais.

A importância dessa discussão consiste na necessidade emergente que temos de reorientar nossas práticas nos espaços de resistência a fim de que não se caia na tendência de reproduzir opressões. Não podemos permitir que as comunidades LGBT sejam mais um ambiente de vulnerabilidade e violência para negros e negras, nem que as comunidades negras reproduzam uma LGBTfobia estrutural, imposta pela norma moral das classes conservadores racistas. É veemente reconhecer nossas diferenças e interpretá-las para que, como diz Audre Lorde, nosso espaço de contato não seja negado ou excluído, mas sim ampliado. Esses são desafios dos quais depende um repensar constante, um dever reflexivo e, mais do que tudo, um fazer realmente coletivo.

[1] Lorde A. "There is no Hierarchy of Oppressions". UC San Diego; LGBT Resource Center. Acesso feito em 19 abril 2015. Disponível em: <https://lgbt.ucsd.edu/education/oppressions.html>.

[2] Parker R. Inteseções entre Estigma, Discriminação e Preconceito na Saúde Pública Mundial. In: Estigma e Saúde. [org.: Monteiro S, Vilela W.] Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2013.207p.

[3] Galtung J. Violence, peace and peace research. Journal of Peace Research 1969; 6(3): 167-91.

[4] Boozer M. Address by Melvin Boozer, Candidate for the Democratic Nomination for Vice President of the United States. Democratic National Convention, New York City, 1980. Acesso feito em 21 abril 2015. Disponível em <http://www.glaa.org/archive/1980/boozerconventionspeech.shtml>.

Ações afirmativas no Ensino Superior: equidade no país da igualdade



Arthur Mendes, Leonardo Carneiro e Pedro Gomes
Membros do Coletivo NegreX

Muito se questiona sobre as ações afirmativas e seu real poder de transformação. E no embate que se segue à qualquer menção de cotas raciais, diversos pontos são levantados, podemos citar como exemplos de argumentos: a negação do direito de igualdade e justiça aos brancos, a capacidade cognitiva do negro para concorrer dentro de um sistema meritocrático e até mesmo o questionamento da existência do negro no Brasil. O debate, quando feito de maneira superficial, serve apenas como um lugar de perpetuação de conceitos e ideias opressoras e para a manutenção da marginalização e da alienação do senso crítico do sujeito negro asseverando os valores do racismo institucional. É importante entender, do princípio ao fim, as origens da discriminação, da construção da população negra e os contextos nos quais a imagem do negro foi sistematicamente forjada e desconstruída. Para compreender a inserção do negro na educação como um processo de transformação profunda da sociedade, é necessário que se entenda como a educação se insere no processo histórico de construção do atual cenário de racismo. Por esses motivos, é imprescindível que se faça uma análise não de hoje, nem de ontem, mas de 500 anos.

No que tange aos livros de História, o fim do século XVIII e o início do XIX foram marcados por lutas por igualdade. Foi a época da Revolução Francesa, com seus ideais de "liberdade, fraternidade e igualdade" e da Independência dos Estados Unidos da América, que considerava que todo indivíduo era dotado de direitos fundamentais, como a vida, a liberdade e a busca pela felicidade. Ao mesmo tempo, o Brasil ainda mantinha um sistema escravocrata, apesar de a luta por igualdade já ter sido iniciada nas terras tupiniquins com os próprios negros séculos antes. O contraste do mundo fica claro: brancos lutam pela igualdade entre si enquanto os negros sofrem a desigualdade. E a dualidade daquele momento vai gerar uma série de desdobramentos nos discursos atuais.

Apesar dessa onda de revoluções, toda a América escrava já estava efervescendo de lutas e revoltas em nome da igualdade e da liberdade, porém por parte de outros grupos. Podemos citar a revolta dos Malês e a

fundação da República de Palmares dentro de uma infinidade de ações subversivas. A despeito das revoluções, brancas e negras, o Brasil mantinha um sistema de escravização, negando direitos de igualdade aos negros. E mesmo após a abolição, manteve essa proposta discriminatória, baseada nos conceitos científicos da Teoria da Eugenia, ao criar políticas de importação de mão obra europeia e reservar o mercado, recém-criado, para esses indivíduos.

Os anos que se seguiram à Abolição da escravatura foram permeados por um sentimento de higienização do país que se alicerçavam na Ciência e mantinham-se pela forma com que ela se desenvolvia. As ideias evolucionistas darwinianas, que se tornavam cada vez mais fortes, quando colocadas num cenário imperialista tomaram uma forma de um racismo científico que colocava o branco no topo de uma escala evolutiva enquanto o negro era o degrau mais baixo e essa pseudo-ciência pautou o desenvolvimento do novo país que ali estava sendo construído. A Teoria da Eugenia surgiu nesse movimento científico e vinha para esclarecer quais os processos sociais que empobrecem ou melhoram uma raça no decorrer das gerações. Essa teoria foi essencial para planejar o país que o Brasil seria após a escravidão: um país branco, desenvolvido e moderno. Esse objetivo seria alcançado apenas com a reprodução inter-racial, já que os genes brancos eram mais fortes e evoluídos e sobreporiam os negros. Para esse fim, o Estado importou mão de obra da Europa falida para substituir a abundante mão de obra negra existente aqui, ocupando as terras brasileiras com uma população branca que com o passar das gerações e intercruzamento racial embranqueceria toda a nação. Esse processo só se garantiu com a reserva do mercado de trabalho para os brancos, garantindo que aqui se estabelecessem o que acabou por contribuir também para o embranquecimento social, de forma que deixar a população afrodescendente à mingua era mais uma forma de diminuí-la.

A situação desenhada pelas políticas públicas na tentativa de criar um país desenvolvido criou uma população negra que foi mergulhada no subemprego, repleta de mães solteiras, prostitutas, indivíduos debilitados pelo vício em álcool e criminosos. Mas haviam outras armas para acabar com a existência do negro já que a marginalização não cumpriu seu papel de forma eficaz, e a extinção cultural era uma delas. Negar a existência do negro era a melhor forma de acabar com o mesmo. Assim, iniciou-se um movimento de exaltação da miscigenação, de forma que o negro se diluísse nos diversos matizes de mulatos e morenos e que a identidade do negro propriamente dita deixasse de existir. Esse projeto político-social seguiu no intuito de extinguir o negro fisicamente e no imaginário do brasileiro e repercutiu até hoje na forma em que enxergamos os negros em seus cinquenta tons de melanina, associando-o sempre à degradação humana e ainda assim sem conseguir dizer que o indivíduo é negro, ficando apenas o sentimento sem a verbalização em muito dos casos.

Essa forma de orquestrar o desenvolvimento de um país, privilegiando o branco e marginalizando o preto, tem quatro séculos e toma proporções cada vez maiores por ser tratada de maneira naturalizada. Tanta discriminação institucionalizada jamais sentiu e jamais sentirá a suposta igualdade iluminista professada no fim do séc. XVIII. Essa igualdade, divina, perante a lei só há de funcionar entre os previamente iguais, de forma que num país, construído sobre os pilares da inequidade, o conceito de igualdade apenas perpetua e aprofunda a estrutura desigual. Note que, indivíduos que começam em posições diferentes, tratados de maneira igual, se manterão desiguais, ou seja, empregar a igualdade como um meio favorece os favorecidos e impede que a igualdade como um fim seja alcançada.

Por essa ótica, é fácil concluir que a meritocracia não passa de um mito, sendo o mérito que é levado em conta é apenas o fim e não o caminho trilhado. A meritocracia cria uma cisão, entre aqueles que podem ter algum mérito e aqueles que, via de regra, jamais terão qualquer mérito, justamente por terem nascido em situações que praticamente impossibilitariam uma ascensão. Uma cisão entre os historicamente favorecidos, brancos, e os historicamente renegados, negros. Tanto a barreira do mérito quanto a barreira da igualdade, perpetuam as

inequidades negando direitos de forma aparentemente justa. Assim, nos parece estar clara a intenção de pregar o tratamento igual numa sociedade desigual.

As ações afirmativas surgem na perspectiva de oferecer a oportunidade de acesso minimizando as barreiras seculares que separam os brancos de outros grupos raciais. São leis e ações que visam reparar as disparidades geradas por outras ações institucionais ou institucionalizadas. Desde a década de 1930, o Movimento Negro vem declarando a necessidade de ações que garantam o acesso à educação para a população negra, não sendo à toa que o âmbito em que mais se discute ações afirmativas é a educação, justamente por ser um dos maiores gargalos no caminho pela equidade, muito embora haja uma série de outras estratégias afirmativas em outras esferas. A falta do acesso à educação é um produto da desigualdade e um grande promotor do processo de exclusão generalizado e esse campo de batalha foi disputado desde muito cedo. No Brasil, as universidades foram criadas no início do século XIX e até o fim dele os negros, de toda a sorte, não podiam, legalmente, estudar em qualquer um dos níveis da educação formal. Na lógica de colonizar e subjugar determinada população, definir uma cultura como superior e hegemônica é de alguma forma negar o acesso ao povo subjugado, e isso se concretiza como um dos principais mecanismos de manutenção do *status quo*. Nesse viés, garantir o acesso à educação, mesmo que ferindo o direito de igualdade perante a lei, é o garantir o direito à igualdade plena à todo e qualquer indivíduo.

A educação, nesse cenário, se insere como um instrumento de tomada de consciência do negro, transformando o indivíduo sistematicamente oprimido em um ser capaz de se apoderar de sua história, tomar as rédeas de seu futuro e se encontrar na sociedade como um sujeito ativo, crítico e que pode lutar por uma sociedade menos iníqua. Garantir o acesso é permitir que se inicie um processo de reparação liderado pelo negro, é permitir que haja uma ascensão social e que o negro passe a ocupar lugares majoritariamente brancos, provocando um choque ao destoar daquele grupo que majoritariamente ocupa o espaço, trazendo à tona tensões sociais e reflexões.

O processo de reserva de vagas é uma medida de reparação que afeta profundamente a desigualdade ao atacar diretamente o cerne da estratégia de perpetuação da discriminação que é a educação. Permite a formação de uma universidade multicultural e multirracial, que é capaz de ser crítica e formar cidadãos que possam entender, que nas situações mais óbvias se escondem, não por acaso, as maiores iniquidades. À revelia desse panorama, muitos críticos do sistema de cotas ainda argumentam que isso não solucionaria o problema de fato, pois este se encontra na Educação Básica. Não há como negar a veracidade do déficit no Ensino Básico, mas é preciso ter um olhar mais crítico sobre a Educação brasileira. Segundo Munanga (2003):

“se por milagre o ensino básico e fundamental melhorar seus níveis para que os alunos desses níveis de ensino possam competir igualmente no vestibular com os alunos oriundos dos colégios particulares bem abastecidos, os alunos negros levariam cerca de 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos.”

É preciso compreender que existe uma longa jornada na reestruturação da Educação no Brasil e que para tal é necessário batalhar em todas as frentes. Quanto aos efeitos colaterais da inserção dos negros na universidade, costuma-se dizer que essas ações estarão apenas fazendo apenas cair o nível do Ensino Superior, ao permitir que estudantes despreparados nele ingressem. Apesar de parecer lógico, tal argumento é falacioso e só faz valorizar o ensino privado que é tão, ou mais, precário no sentido de qualidade educacional, que o público. Na avaliação do IPEA, os cotistas apresentaram média de rendimento superior aos não cotistas em 31 dos 55 cursos da Unicamp no biênio 2005-2006, o mesmo ocorreu em 11 dos 16 cursos avaliados na UFBA. Na UnB os não cotistas apresentaram percentual de trancamento de matrícula superior aos cotistas. Na UERJ, a evasão dos cotistas gira em torno de 13%, em quanto a dos não cotistas chega aos 17%.

Para além dos ganhos individuais que as ações afirmativas trazem para a Universidade, existem ainda as questões institucionais. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2005), o racismo institucional se caracteriza como o fracasso coletivo de uma organização ou instituição em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido sua cor, cultura, origem racial ou étnica, tendo como consequência a inércia delas frente às evidências das desigualdades raciais. A política de acesso tem um potencial transformador no sentido de combater o racismo institucional, como pode ser visto desde a criação do Centro de Convivência Negra e da Assessoria de Diversidades e Apoio aos Cotistas da UnB até à mudanças no conteúdo programático de disciplinas na UFPR. Mas a mudança mais sensível foi vista à nível da permanência estudantil, já que a mudança no perfil racial do ingresso trazia outras questões sociais à reboque.

Embora haja Universidades que criaram coordenações específicas que trabalham com o tema permanência, um olhar mais a fundo deixa claro que a questão financeira ainda permanece hegemônica nas ações propostas. Resta a pergunta: como fica a adaptação a um mundo completamente novo que as cotas trouxeram para o cotista? Um sujeito, pobre, negro e periférico, que historicamente foi construído para passar longe do Ensino Superior, por conta das políticas de ingresso vê-se agora com um novo mundo de possibilidades. Esse estudante, carrega consigo uma forma de enxergar a vida, com seu próprio conceito de saúde, de arte, de cultura, de moradia, território, lealdade, entre outros, que difere da que é compartilhada pela grande maioria das pessoas que constroem e vivem as Universidades. Quando inserido nessa nova realidade, esse aluno se depara com um mundo que não partilha de suas vivências e compreensões e se vê inserido num universo diferente daquela que ele construiu ao longo do tempo, em um ambiente que, além de não concordar com sua existência ali, repudia tudo aquilo que ele representa. Isso tudo gera um sentimento de não pertencimento e para além disso, um desconforto que só quem foi ensinado a vida toda a ser subalterno sabe o que é sentir ao pisar no terreno alheio.

Nesse sentido, a adequação do espaço da Universidade à nova realidade trazida pela reserva de vagas é, além de um combate direto ao racismo institucional, uma democratização do Ensino Superior. Essas mudanças garantem que o espaço de construção do conhecimento e de diálogo com o saber seja plural. Garantem que o menino negro não veja seus pares apenas como policiais ou traficantes, mas como doutores, professores ou médicos. Garantem que o processo de reparação histórica seja protagonizado pela mulher negra. Enfim, garantem que as pessoas que há 400 anos estão à margem da sociedade possam iniciar o processo de reintegração dos espaços públicos.

Em vista de tudo isso, não se pode permitir que argumentos superficiais deslegitimem as conquistas do Movimento Negro, principalmente as ações afirmativas, que mesmo ainda não estando tão eficientemente aplicadas como gostaríamos, cumprem o importantíssimo papel de iniciar um processo de reestruturação da sociedade brasileira. Não será pondo fim a elas que se resolverá os problemas ainda existentes nessas políticas, já que, sem sombra de dúvidas, são essenciais para garantir um futuro de igualdade, restando para nós agora a tarefa de pensar seu aprimoramento na prática.